

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Apresentação.....</b>   | <b>5</b>  |
| ADVOCACIA PÚBLICA E DIREITO COLETIVO À PROIBIDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Nº 1.165.456/SE<br><b>Marcelo Rodrigues Mazzei.....</b>  | <b>7</b>  |
| ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE COMPLIANCE HUMANIZADO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL<br><b>Phillip Gil França .....</b>   | <b>19</b> |
| ASPECTOS JURÍDICOS E FINANCEIROS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA<br><b>Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira .....</b>  | <b>29</b> |
| QU'EST-CE QUI AMENE UN EMPEREUR ROMAIN, UN DES DIPLOMATES LES PLUS DOUES DU MONDE, UNE REINE DESTITUEE ET UN EMPEREUR MEDIEVAL A BERNEX?<br><b>Alexandre Zielinsky Arregui e Márcia Rosa de Lima .....</b> | <b>42</b> |
| MODELO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA MEDIAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA NO BRASIL<br><b>Rachel Lopes Queiroz Chacur .....</b>   | <b>61</b> |
| PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: PESQUISA DE ACÓRDÃOS E CONSULTA PROCESSUAL<br><b>Oscar Valente Cardoso .....</b>  | <b>78</b> |
| A TEORIA DISCURSIVA DO DIREITO DE JÜRGEN HABERMAS<br><b>Carlos Rogério Guedes Pires.....</b>   | <b>95</b> |

## Apresentação

Trazendo conteúdos sobre administração pública, direitos sociais, *compliance*, regularização fundiária, problemas ambientais, preservação da cultural, proteção de dados pessoais e teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas, apresentamos a edição número 13, da *Revista da ESDM*. Este número reúne sete artigos produzidos por advogados, procuradores municipais, professores e pesquisadores, com a presença de autores mestres e doutores, trazendo conteúdos que congregam contribuições para os estudos na área do Direito, especialmente na área do Direito Público Municipal.

Abre a edição o texto “Advocacia Pública e Direito Coletivo à Probidade Administrativa: análise do julgamento do agravo regimental no recurso extraordinário com agravo Nº 1.165.456/SE”, de autoria de Marcelo Rodrigues Mazzei. O autor analisa os efeitos decorrentes da decisão do STF que declarou incompatível com a Constituição Federal a autorização prévia do Chefe do Poder Executivo para o ajuizamento, por parte da Advocacia Pública, de ação de improbidade administrativa.

Na sequência, Phillip Gil França reflete sobre a relação entre *compliance* e direitos humanos fundamentais, com base em metodologia descritiva conceitual. Para tratar sobre o assunto, em “Algumas Reflexões sobre *Compliance* Humanizado na Era da Inteligência Artificial”, o autor se baseia na ideia de que todo cidadão, ligado a entidade pública ou privada, deve se importar com o *compliance* e perceber sua importância, especialmente nessa da inteligência artificial.

Para falar sobre problemas ambientais e fundiários, este número traz dois artigos: o texto “Aspectos Jurídicos e Financeiros na Regularização Fundiária”, de Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira, discorre sobre o direito fundamental à moradia digna previsto no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988; e “Modelo de Participação Popular na Mediação Ambiental e Fundiária no Brasil”, produzido por Rachel Lopes Queiroz Chacur, propõe a implantação de parâmetros de participação dos sujeitos envolvidos no conflito para obterem a solução do problema ambiental.

Ainda nesta seção, para refletir sobre a conscientização da preservação da cultural e arqueológica diante da expansão demográfica, apresentamos o texto de Alexandre Zielinsky Arregui e Márcia Rosa de Lima, “*Qu’est-ce qui amène un empereur romain, un des diplomates les plus doués du monde, une reine destituée et un empereur médiéval à Bernex?.* O texto apresenta o estudo realizado junto à diversos atores do vilarejo de Bernex, no cantão de Genebra na Suíça, e relata sobre o quão frágil é a tensão entre o interesse político e econômico do desenvolvimento, e o apagamento (ou pulverização gradual) da memória cultural atrelada à área que deixa de existir em virtude da exploração imobiliária.

Neste momento de adequações às novas exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), o autor Oscar Valente Cardoso, em “Proteção de Dados Pessoais e Princípio da Publicidade: Pesquisa de Acórdãos e Consulta Processual”, exami-

na as principais consequências produzidas pela Lei sobre o princípio da publicidade processual, a partir de seu conceito e aplicação prática (inclusive nos processos eletrônicos) e das normas legais sobre a publicidade e a proteção de dados pessoais, com as consequências sobre a publicação dos atos processuais, a pesquisa de acórdãos e a consulta processual.

Fechando a edição, o esforço de exposição da teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas é o assunto abordado por Carlos Rogério Guedes Pires, no texto “A Teoria Discursiva do Direito de Jürgen Habermas”. O autor investiga a tese weberiana da legitimação racional-legal com o objeto de compreender/desvelar a legitimidade que decorre da legalidade.

A revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização mundial do conhecimento, sendo um periódico científico semestral, com publicações ininterruptas desde 2015, que tem por missão promover o aprimoramento dos estudos na área do Direito, especialmente na área do Direito Público Municipal.

Atualmente, a *Revista da ESDM* está indexada nas seguintes bases de dados, que cooperam na divulgação do material: LATINDEX; Base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI; Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org); Diadorim.

Nossos agradecimentos aos que contribuíram com mais esta edição. Aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela significativa colaboração prestada.

Aos leitores, em nome de todos os autores, desejamos uma boa leitura.

**Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira**

Diretora Editorial da Revista da ESDM

Procuradora Municipal de Porto Alegre